

RAÇA: DIMENSÃO INTERSECCIONAL DAS VULNERABILIDADES DIGITAIS

RACE: INTERSECTIONAL DIMENSION OF DIGITAL VULNERABILITIES

Antonio Hélio Junqueira*

Rodrigo Botelho-Francisco**

RESUMO:

Este artigo visa contribuir para o adensamento da compreensão, no âmbito do ciberespaço e da cibercultura, do fenômeno da superposição interseccional de marcadores sociais da diferença - concentrando-se especialmente na condição individual e social da raça - na conformação das vulnerabilidades digitais e das violências materiais e simbólicas delas decorrentes. Metodologicamente, adota-se a pesquisa bibliográfica com foco na análise crítica de obras e autores(as) que vêm, desde a década de 1990, discutindo o estabelecimento das conexões desses indicadores. Conclui-se por observar as abordagens interseccionais no entendimento dos abismos digitais que corroboram as representações de pessoas e coletivos negros, apontando para a necessidades e urgências das lutas em prol da superação da desumanização, do silenciamento, do não reconhecimento e do sofrimento social impostos aos sujeitos estigmatizados.

PALAVRAS-CHAVE:

Interseccionalidade, racismo, TIC.

ABSTRACT:

The article seeks to contribute to an in-depth understanding, within cyberspace and cyberculture, of the phenomenon of intersectional overlapping of social markers of difference - focusing especially on the individual and social condition of race -, in the conformation of digital vulnerabilities and the resulting material and symbolic violence.

* Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP), com mestrado e pós-doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM). Pós-doutorando do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (PPGGI-UPPR). E-mail: helio@hortica.com.br

** Livre-docente em Informação e Tecnologia (FFCLRP/USP). Doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP), com pós-doutorado pela Universidad Complutense de Madrid e pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Professor Adjunto do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: rodrigobotelho@ufpr.br

This literature survey focuses on the critical analysis of works and authors who, since the 1990s, have been discussing the establishment of connections between these indicators. Intersectional approaches to the understanding of digital abysses corroborate the representations of Black individuals and collectives, pointing to the needs and urgency of the struggles to overcome the dehumanization, silencing, non-recognition, and social suffering imposed on stigmatized subjects.

KEYWORDS:

Intersectionality, racism, ICT.

INTRODUÇÃO

Tema de alta complexidade sociocultural, as vulnerabilidades digitais têm sido abordadas na literatura técnico-científica sob as perspectivas dos diálogos e interconexões das literacias digitais com as dimensões sociotécnicas da cidadania, movimentos populares e democracia (CASTELLS, 2013), da desigualdade, inclusão ou exclusão social (COTTOM, 2020; SEGURA, 2021), das territorialidades (SENNE, 2019) e dos direitos humanos (MAIA, 2018).

Contrariando visões otimistas anteriores, que projetaram as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) como artefatos culturais de produção de igualdade, liberdade, integração e interação na sociedade do conhecimento, as vulnerabilidades sociais vêm revelando facetas da perpetuação dos processos de segregação, preconceito e intolerância.

Visando contribuir para o adensamento da compreensão do fenômeno, este trabalho apresenta uma revisão bibliográfica crítica de obras e autores(as) que vêm, desde a década de 1990, discutindo o estabelecimento das relações interseccionalmente superpostas entre as vulnerabilidades digitais e marcadores sociais da diferença, especialmente da raça e das violências materiais e simbólicas dela decorrentes.

Terminologicamente, a interseccionalidade surge na literatura a partir do trabalho da ativista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, que o cunhou em 1989. Conceitualmente, sua proposta concretiza uma visão integrada e convergente de múltiplos marcadores sociais da diferença, especialmente gênero e raça, em suas articulações que resultam na produção cumulativa e ampliada da discriminação, da exclusão, da desigualdade e do sofrimento social.

Esse pensamento norteia epistemológica e metodologicamente estudos e pesquisas sobre construções identitárias e resistências de indivíduos e grupos sociais sujeitos a pelo menos dois eixos simultâneos de subordinação e opressão social. Pensar e agir a partir da perspectiva da interseccionalidade impõe o desafio de evitar, por um lado, reducionismos, e, por outro, relativismos estéreis e desmobilizantes da luta social.

A interseccionalidade enquanto perspectiva analítica permite a construção de um olhar e de um método de coleta e interpretação de dados sobre a realidade-mundo revelador das múltiplas camadas cumulativas de superposição de causas e efeitos das diferenças sociais (CRENSHAW, 1989; 1991; 2002), em suas múltiplas conexões implicações e confluências que incluem, também, as dimensões sociotécnicas da vida cotidiana.

Estudos e pesquisas que apontem e denunciem o espaço interseccional persistente do racismo no âmbito do ciberespaço e da cibercultura, embora pouco numerosos, têm surgido nos últimos anos, contribuindo para a desnaturalização dessas práticas discriminatórias e sinalizando para a pertinência de sua análise e interpretação enquanto fenômenos sociais que seguem moldando a tecnocultura (DANIELS, 2013).

Para autores como Silva (2019b), é importante reconhecer, nesse contexto, “a dupla opacidade” gerada pelos discursos hegemônicos que, ao mesmo tempo em que invisibiliza os espaços sociais dos usos e apropriações da tecnologia, também inibe as discussões e “debates sobre a primazia de questões raciais nas diversas esferas da sociedade [...]” (SILVA, 2019a, p. 2). Em suas abordagens, este autor confere especial interesse à discussão da incorporação de valores nos aparatos tecnológicos, principalmente naqueles que incorporam múltiplos dispositivos automatizados, como os algoritmos.

Majoritária e tradicionalmente, os estudos ancorados nas perspectivas e abordagens interseccionais estabelecem correlações, conexões, vínculos e articulações entre raça, classe e gênero (HENNING, 2015). No entanto, os estudos das dinâmicas da opressão social exigem a construção de olhares mais amplos e complexos a respeito das exclusões e dos movimentos de resistências antirracistas e decoloniais. Vertentes acadêmicas de investigação apontam para os diferentes resultados que podem advir de combinações entre os recursos e situações individuais de vulnerabilidade e aportes obtidos de redes de relacionamento social (DIMAGGIO; GARIP, 2012), que concretizam possibilidades efetivas de superação das limitações impostas pelas desigualdades intergrupais.

No sentido de uma perspectiva crítica, Kerner e Tavolari (2012) destacam que a crescente incorporação das perspectivas da interseccionalidade nos estudos dos marcadores sociais da diferença contribui para a imprecisão cada vez maior do termo e do conceito que ele aporta, desde que formulado e disseminado originalmente por Crenshaw (1989; 1991; 2002). Para ela, no contexto europeu contemporâneo, as intersecções surgem

como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de 'raça', etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências (KERNER; TAVOLARI, 2012, p. 55).

Em suas abordagens, a autora considera que o conceito da interseccionalidade pode assumir diferentes perspectivas a depender dos contextos e das dimensões analíticas especificamente mobilizadas a cada caso. Além das normas de gênero pluralizadas e etnicamente demarcadas, podem dirigir-se às institucionalidades diferenciadoras dos grupos sociais e aos processos multifatoriais de conformação das identidades.

No contexto desse trabalho, as perspectivas e dimensões da interseccionalidade são convocadas a apoiar a construção de um olhar crítico a respeito das superposições discriminatórias, excludentes e perversas da questão racial na produção das vulnerabilidades digitais.

VULNERABILIDADES DIGITAIS: PLURALIDADES E DESAFIOS DE UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

As vulnerabilidades digitais são aqui entendidas como as suscetibilidades individuais, grupais e/ou globais a riscos, inseguranças, superexposições, exclusões e ameaças experimentados gradativa e cumulativamente pelo sujeito contemporâneo na sua vivência digital cotidiana. Em Junqueira, Botelho-Francisco e Grieger (2021), vulnerabilidade pode ser entendida como negatividade, carência, insuficiência ou impotência para gerar defesa e proteção de indivíduos, grupos sociais ou, até mesmo de toda a humanidade, frente a fenômenos ou riscos capazes de gerar prejuízos, danos, sofrimento, morbidade ou morte.

Para esses autores, as vulnerabilidades digitais - sempre expressas assim em sua pluralidade - acumulam pressões e riscos advindos de diferentes fontes que vão desde as exclusões de acesso às TIC até as novas potencialidades tecnológicas, gerenciais e de vigilância dos próprios dispositivos. Incorporam, ainda, os efeitos perversos da produção,

circulação e consumo de narrativas antiéticas, falsas ou odiosas e dos comportamentos de assédio, incivilidade ou geradores de toda sorte de dependência e sofrimento (JUNQUEIRA; BOTELHO-FRANCISCO; GRIEGER, 2021).

Nesse contexto, as vulnerabilidades digitais decorrem de um conceito fluido, em permanente evolução, na busca de dar conta, principalmente, do entendimento e do enfrentamento das fragilidades humanas frente às complexidades dos ambientes híbridos compostos por humanos e não humanos em permanente interação. Como abordado em Junqueira, Botelho-Francisco e Grieger (2021, p. 178), estas vulnerabilidades “devem ser compreendidas em perspectiva sócio-histórica que contemple simultaneamente as lutas hegemônicas e contrahegemônicas do poder social, ao par da evolução tecnológica e das lógicas e estratégias do mercado”.

Neste sentido, o conceito de vulnerabilidade digital se mostra potente no contemporâneo para uma abordagem interseccional sobre os fenômenos que decorrem da popularização das tecnologias digitais e do que vem sendo convencionalizado chamar de “transformação digital”, expressão que parece naturalizar processos, princípios e contradições sobre a tecnologia como um ator, um discurso e um vetor de câmbios sociais e culturais.

O conceito se mostra potente porque expressões como inclusão, exclusão, brecha, entre outras, não se apresentam como categorias analíticas capazes de observar as dinâmicas de diferentes atores sociais, humanos e não humanos, na interação com este signo chamado tecnologia digital, que, para além de uma binaridade - entre ter e não ter, estar e não estar, ser e não ser -, carrega em si mesmo a pluralidade e as contradições das relações sociais, políticas, econômicas e sociais.

Ao centrar a análise no Brasil, importante observar, por exemplo, que o acesso às TIC - computador, dispositivos eletrônicos e internet - é historicamente heterogêneo, refletindo e configurando múltiplas exclusões, inequidades e vulnerabilidades sociais. Segundo o mais recente levantamento TIC Domicílios, para o ano de 2020 (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2021), 81% da população nacional, que equivale a 152 milhões de pessoas, têm acesso à internet, sendo o valor desse indicador de 83% na área urbana e de 70% no espaço rural. Para as classes D/E, o acesso atinge 64% dos domicílios do estrato e, para a classe C, 91%. Já nas classes A e B, 100% e 99% dos domicílios têm acesso à internet, respectivamente.

Outras pesquisas que se podem superpor permitem um recorte das diferenças sociais que incluem a questão racial. É o caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (IPEA, 2011). Analisando os dados advindos desta, para o período de 2001 a 2009, Carvalho (2013) apontou continuísmos temporais da exclusão digital pelo viés interseccional de gênero e raça no Brasil. Constatou que a quantidade de domicílios chefiados por mulheres que não possuem computadores é sempre inferior à observada para aqueles chefiados por homens, na mesma categoria racial, porém, os resultados observados para as unidades chefiadas por mulheres brancas são superiores, no período analisado, aos índices observados tanto para homens quanto para mulheres da raça negra.

Sob a perspectiva regional nesta análise, o Nordeste concentra os maiores níveis de exclusão digital, repetindo a mesma situação nacional quanto às dimensões raciais, ou seja, números ainda mais restritivos para as mulheres e para a população negra, comparativamente às demais regiões do País.

A análise interseccional entre ruralidade e raça, por sua vez, agregou na análise dessa autora outros agravantes às exclusões e às vulnerabilidades digitais do meio rural em relação ao urbano, evidenciando, porém, menor nível de disparidade racial interna.

No contexto brasileiro da pandemia do Covid-19, não apenas a exclusão do acesso e uso das TIC demarcaram a potencialização das vulnerabilidades digitais, mas também contribuíram, para tanto, os diferentes níveis de competências culturais, as literacias digitais e as infraestruturas territoriais diferenciadas que resultaram em acúmulos das disparidades sociais.

Essa leitura interseccional pôs em evidência novos contornos da desigualdade social no Brasil, que sinalizam para futuros desdobramentos potenciais e produtivos na obtenção de indicadores valiosos para a elaboração de políticas públicas, conforme assinalado pela equipe de Projeto de Pesquisa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação (SENNE, 2021).

Destaque-se que, nesse contexto, o Painel TIC Covid-19 incluiu inovações não apenas no tocante às sistemáticas de coleta de dados - necessárias sob as condições e restrições impostas pelo isolamento social compulsório - e nas modelagens estatísticas, que vieram a permitir comparações de hábitos digitais antes e durante a crise

sanitária, mas também na inclusão de outros marcadores sociais da diferença nas suas análises, como o binômio gênero-raça. Assim, foi possível constatar que, no período de junho a setembro de 2020, no Brasil, houve diferenças significativas quanto ao uso da internet por homens brancos e homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Para todos os indicadores analisados - que incluíram acesso a informações sobre saúde, trabalho, atividades e pesquisas escolares, acesso a serviços públicos, transações financeiras e compras de produtos e/ou serviços - as mulheres brancas foram mais ativas e presentes do que mulheres negras, evidenciando que, ainda que pela perspectiva de gênero, a diferenciação social se instala pelo viés da raça. Da mesma forma, no caso dos homens, os indicadores relacionados a transações financeiras e compras de produtos e serviços mostraram maior nível de atividade para os brancos comparativamente aos negros.

Alguns dos indicadores - como o acesso a informações sobre saúde, trabalho e acesso a serviços públicos - mostraram performances de gênero fortemente acentuadas, sendo as mulheres superiores aos homens no primeiro caso e os homens mais ativos do que as mulheres quanto aos dois itens seguintes.

Nesse cenário, poder e hegemonia compactuam para negar a esse sujeito assujeitado as condições de aquisição de espaços, habilidades e competências contributivas da identidade, autoexpressão, autodeterminação e resistência, fenômeno para o qual as TIC representam considerável contribuição potencial.

Restrições ao acesso, usos e apropriações das tecnologias digitais de comunicação e informação representam, pois, agravantes das vulnerabilidades digitais, que dialogam profunda e interseccionalmente com as demais dimensões da exclusão, do preconceito e da opressão. Observa-se, assim, que o acesso diferencial às TIC no Brasil não constitui apenas uma questão de exclusão digital, mas, de fato, um vetor da vulnerabilidade digital.

EPISTEMICÍDIO E RESISTÊNCIA

O conceito de epistemicídio decorre das reflexões e proposições de Boaventura Souza Santos (SANTOS; MENESES, 2009), que o trata como estratégia de destituição, desqualificação, ou anulação da racionalidade, da civilização e da cultura do Outro. Nesse contexto, a negação da racionalidade e da linguagem do sujeito lhe retira as possibilidades

expressivas e construtora de narrativas de si e dos seus grupos de pertencimento, negando-lhe, pois, sua própria dimensão humana (COULDRY, 2010; HONNETH; ANDERSON, 2011).

É essa condição do menos-humano, ou do inumano, e do ininteligível que é reivindicada por Butler (1993; 2010) para retomar o conceito de corpos abjetos, originalmente formulada por Julia Kristeva, para discutir as ilegitimidades sociais da existência dos sujeitos submetidos às condições hierárquicas da exclusão. Trata-se de uma ordem de indeterminação que se transforma, por excelência, em causas de sofrimento social (HONNETH, 2009). Para Safatle (2012), a entificação e o reconhecimento do sujeito como humano pressupõe a existência operativa dos atributos da autonomia, da autenticidade e da unidade reflexiva, que lhe devem ser garantidas pelas relações tripartites do indivíduo consigo mesmo (na esfera emotiva), pelas interações grupais (na dimensão social) e pela jurisprudência (nos dispositivos jurídicos). A estas três instâncias originalmente propostas por Honneth (2009), Safatle agrega, ainda, uma quarta esfera: a economia.

A apropriação e o uso dos conceitos da vulnerabilidade digital, nesse contexto, podem revelar e clarificar perspectivas hegemônicas, autoritárias e etnocêntricas que agudizam a percepção do indivíduo apontado como fragilizado, passivo e necessitado de amparo e proteção, não capaz, portanto, de agir politicamente em defesa de sua própria autonomia e autodeterminação. Instauram-se e expandem-se, assim, brechas para “formas biopolíticas de regulação e controle” (BUTLER; GAMBETTI; SABSAY, 2016, p. 5).

Apesar de considerar o conceito de vulnerabilidade como “um terreno acadêmico relativamente novo e bastante escorregadio e perigoso”, Leal (2020, p. 32) reconhece a heterogeneidade de perspectivas teóricas que vêm abordando a vulnerabilidade de modo mais central ou tangencial, incluindo as perspectivas de gênero e sexualidade, assim como no terreno da bioética, a partir das incapacidades e doenças e assistência médica, identidades, populações e povos indígenas, entre outros.

Situando as questões raciais no primeiro plano das discussões a respeito da vulnerabilidade, é importante pontuar a relevância dos elementos de fixidez estrutural das diferenças nas representações identitárias colonizadas, que, conforme já apontou Bhabha (2003, p. 105), tem “nos estereótipos, sua principal estratégia discursiva”. Assim, a cor da pele e outros marcadores étnicos são chamados a conformar leituras apriorísticas e naturalizadas sobre os sujeitos, alimentando recorrências valorativas sobre diferenças inferiorizantes ou fragilizadoras.

Segundo Leal (2020, p. 33), afrodescendentes estão entre os grupos e indivíduos que, “quando em relação com outros, tornam-se vulneráveis em função das dinâmicas de poder que os inferiorizam socialmente”.

Para além de uma dimensão ontológica, a vulnerabilidade está associada aos limites à autonomia e à dignidade de certas populações, adquirindo, em diferentes trabalhos, tanto a feição de um fenómeno a ser descrito (acerca do que precariza as vidas de grupos e indivíduos), quanto uma dimensão política, de combate a essas condições. Assim, a vulnerabilidade adquire um carácter relacional e dinâmico, no interior das realidades histórico-sociais (*Ibid.*, p. 33).

No ciberespaço e na cibercultura, estudos recentes têm comprovado a hiperexposição da variável racial na conformação das vulnerabilidades digitais. Das perspectivas machista, branca e patriarcal hegemônicas, as violências materiais e simbólicas online são dirigidas à desvalorização, desumanização e descaracterização dos marcadores étnicos da diferença, negando-lhes a conformação de suas próprias identidades e estéticas, discursivamente desconstruídas em torno da cor da pele e no cabelo. Na mesma direção e sentido, discursos focados no desejo de humilhação e desqualificação do sujeito racializado se constroem em torno de imputadas incompetências e incapacidades (BORGES; MELO, 2019; COTTOM, 2020) ou pressuposição de marginalidade e culpa (FARIAS *et al.*, 2017).

VIESES DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA: INVISIBILIDADE E VISIBILIDADE BIOMÉTRICA

No contexto do *big data* e com o constante aumento da potência e complexidade dos sistemas algorítmicos, crescem exponencialmente os riscos dos cruzamentos e superposições de dados e informações sobre os sujeitos, muitas vezes levando a resultados verdadeiramente caóticos e absurdos, configurando aquilo que Domingos (2015) chamou de *allucinating patterns*.

Na aplicação algorítmica, os resultados produzidos escapam muitas vezes da intencionalidade dos seus próprios designers e desenvolvedores, o que não raras vezes conduz a estimativas superestimadas da racionalidade e da objetividade estatística dos métodos, que mascaram a perpetuação de injustiças e discriminações sociais.

Os algoritmos, neste sentido, são agentes da vulnerabilidade digital, uma vez que atuam diretamente na mediação de interações, processos e conteúdos nos sistemas - conectados

ou não à internet. Como nos chamam à reflexão Sousa, Eiró e Chagas Junior (2021) em um exercício sobre imagens, a vulnerabilidade está presente nos contextos de produção e circulação de conteúdos na, os algoritmos influenciando para quem e como elas são exibidas. Os autores reconhecem, com isso, três dimensões da vulnerabilidade nesta circulação: participativa, robótica e narrativa. A primeira está relacionada às interações na internet, a segunda aos processos de automação e a terceira à própria tessitura narrativa dos conteúdos.

Essa visão sobre um algoritmo que acirra vulnerabilidades está presente no trabalho de Silva (2020), que enxerga o racismo algorítmico a partir de práticas de visibilidade e invisibilidade da pessoa negra nas bases de dados e processamento de recursos de visão computacional. Segundo ele, é sob a infraestrutura online ou *back end* e por meio de interfaces que se constroem as manifestações de racismo. Neste sentido, a branquitude é, portanto, “uma chave importante para entender os modos pelos quais as tecnologias automatizadas demonstram continuamente vieses racistas” (*Ibid.*, p. 431).

A partir deste argumento, aplicações computacionais como a Inteligência Artificial (IA) e *Machine Learning* - aprendizado de máquina - são observadas por Silva (2020) em processos de reconhecimento de padrões de imagens e vídeos na internet com finalidade de vigilância ou policiamento que culminam em resultados nocivos para indivíduos e grupos da população negra. A partir de casos selecionados de manifestações de viés/racismo algorítmico em visão computacional, Silva (2020, p. 436) apresenta exemplos de casos como um computador da HP que não reconheceu faces de usuário negro; a Google marcando pessoas negras como gorilas; robôs interagentes que não encontram rosto de mulher negra; o Faceapp que embranquece pele para deixar uma selfie “mais bonita”; API que não reconhecem gênero e idade de mulheres negras; aplicativo de “diversidade” retira do ar pela Kairos; API de análise de expressões faciais que associam emoções negativas a negros; Google Vision confundindo cabelo negro com peruca; e carros autônomos com maior chance de atropelar pessoas negras.

A visão computacional é um grupo de tecnologias cada vez mais relevante na sociedade contemporânea, com impacto em práticas de mercado e gestão governamental. Apresentamos alguns casos de problemas em viés algorítmico que demonstram a dificuldade de se debater o que chamamos de “dupla opacidade” - o caráter difuso tanto da tecnologia, vista erroneamente como neutra, quanto das relações étnico-raciais na sociedade e, por consequente, na tecnologia (*Ibid.*, p. 444-445).

O mesmo comportamento racista é verificado por Carrera (2021) em bancos de imagens digitais, que, conforme ressalta a autora, como mecanismos de busca, são submetidos a treinamentos para atribuição de relevância que culminam na determinação de resultados que expõem vieses discriminatórios sob o recorte de gênero e raça. Em seu trabalho, desenvolvido no Laboratório de Identidades Digitais e Diversidade (LIDD) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ela parte das seguintes perguntas: mulheres e homens brancos compõem as mesmas imagens que mulheres e homens negros? Em quais contextos imagéticos um grupo se sobressai em relação ao outro ou pode ser visto com mais frequência?

O resultado da análise de buscas feitas no Shutterstock, Stockphotos e Getty Images pelas palavras-chave *boss*, *secretary*, *poverty* e *wealth* apontou cerca de 3.200 fotografias nas quais é possível observar a problemática da representação imagética sob o recorte de gênero e raça. Neste sentido, como afirma a autora, “BOSS é homem branco, SECRETARY é mulher” e “pobreza é negra, infantil e feminina; riqueza é masculina e branca”.

Vê-se aqui, portanto, que os modos de tagueamento das imagens, assim como os processos de treinamento algorítmico destes bancos de imagens para atribuição de relevância, obedecem a regimes enviesados de raça e gênero que devem ser considerados como desenho político e tecnológico. Isto é, assim como estes espaços, por serem produzidos por mentes humanas inseridas em contextos socioculturais de desigualdades, não são imunes a lógicas de discriminação, é preciso afirmar que, também, não são inocentes a respeito das suas escolhas. Inserir uma etapa de revisão de tags (que já faz parte do processo de upload de fotografias) na qual avalia-se estas associações e não somente as técnicas de black hat, é um dos primeiros passos para a disponibilização de acervo mais responsável. (*Ibid.*, p. 162).

No terreno das redes sociais digitais, por sua vez, a vulnerabilidade das pessoas negras não é menor, uma vez que estas plataformas são mecanismos centrais do capitalismo de vigilância e promotoras de comunicação algorítmica racista (SILVA, 2019) e vêm sendo frequentemente denunciadas por promover e deixar circular discursos de ódio (SILVA; BOTELHO-FRANCISCO, 2020; SILVA *et al.*, 2019), muitos deles endereçados ao homem e à mulher negra. Neste caso, a despeito do argumento de isenção das empresas proprietárias, seus termos de uso, políticas de privacidade e de comunidade, assim como a moderação que fazem, não são efetivas e suficientes como uma prática antirracista. A lentidão com que punem com a exclusão usuários que violam, com seu discurso, não só as próprias regras como o que cabe sob o guarda-chuva dos direitos humanos, vem se configurando como um tipo de silêncio e conivência de discriminação racial.

A discriminação, por sua vez, é um dos aspectos para entender os algoritmos. Neste sentido, ao observar a ética destes, Rossetti e Angeluci (2021) mapearam, além da discriminação, aspectos como falibilidade, opacidade, viés, autonomia, privacidade e responsabilidade. Tais aspectos, de ordem epistêmica ou normativa, representam desafios “trazidos pelo avanço tecnológico da sociedade da informação com os quais a humanidade terá que lidar em um mundo cada vez mais conduzido por algoritmos” (*Ibid.*, p. 15). Como resposta, segundo estes autores, a dignidade da pessoa humana e a não discriminação são princípios que devem estar presentes na própria concepção do algoritmo, ao lado de segurança, transparência, liberdade de escolha, proteção da privacidade e responsabilidade, como um mínimo de governança e regulamentação ético-normativa.

Como se pode concluir, portanto, o algoritmo representa uma das facetas das vulnerabilidades digitais a que são expostos homens e mulheres da população negra, seja porque os processos de gestão de conteúdos não são estruturados de forma ética e socialmente responsável, seja pela própria natureza dos algoritmos, que, criações humanas, não estão isentos de trazer para si as mesmas contradições do ambiente social.

Aqui, portanto, cabe reconhecer a suscetibilidade a que categorias como raça estão sujeitas no design da tecnologia, que, sim, pode ser e é racista, contribuindo para que indivíduos e grupos da população negra recebam tratamento pejorativo, degradante e que amplia as desigualdades sociais que já afligem historicamente esta população.

Assim, o enfrentamento das questões afetas às vulnerabilidades não pode prescindir de suas abordagens e dimensões, morais, éticas e políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A racialidade é um dispositivo estrutural de poder, normalização, controle e biopolítica que coloniza, material e simbolicamente, também o ciberespaço e a cibercultura, conferindo espessuras sócio-históricas às tecnologias e agravamentos das vulnerabilidades digitais de grupos marginalizados.

Ao mesmo tempo em que esse fenômeno concretiza a perpetuação da exclusão e da opressão social, sinaliza, também, para as possibilidades de resistência e resiliência, consubstanciadas na construção de novas narrativas identitárias autoafirmativas. Para conferir importância e profundidade a essa perspectiva de mudança social, ações e

políticas não apenas de acesso, mas também de educação midiática e informacional são necessárias e urgentes.

Abordagens interseccionais de pesquisa vêm contribuir para o entendimento dos abismos digitais que corroboram as representações de pessoas e coletivos negros, apontando para as necessidades e urgências das lutas em prol da superação da desumanização, do silenciamento, do não reconhecimento e do sofrimento social impostos aos sujeitos estigmatizados.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54727, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254727>.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Letica (org.). **Vulnerability in resistance**. Durham: Duke University Press, 2016.

CARRERA, Fernanda. Racismo e sexismo em bancos de imagens digitais: análise de resultados de busca e atribuição de relevância na dimensão financeira/profissional. *In*: Tarcízio Silva (org.) **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: RUA, 2021. p. 138-155.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. *In*: Mariana Mazini Marcondes *et al.* (org.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021.

COTTOM, Tressie McMillan. Where Platform Capitalism and Racial Capitalism Meet: The Sociology of Race and Racism in the Digital Society. **Sociology of Race and Ethnicity**, Thousand Oaks, v. 6, n. 4, p. 441-449, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/2332649220949473>.

COULDRY, Nick. **Why voice matters: culture and Politics after Neoliberalism**. London: Sage, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **The University of Chicago Legal Forum**, Chicago, v. 1989, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília, DF: Unifem, 2002.

DANIELS, Jessie. Race and racism in Internet studies: a review and critique. **New Media & Society**, Thousand Oaks, v. 15, n. 5, p. 695-719, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444812462849>.

DIMAGGIO, Paul; GARIP, Filiz. Network Effects and Social Inequality. **Annual Review of Sociology**, San Mateo, v. 38, p. 93-118, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102545>.

DOMINGOS, Pedro. **The master algorithm: how the quest for the ultimate learning machine will remake our world**. New York: Basic Books, 2015.

FARIAS, Jorge Wambaster Freitas *et al.* Racismo e julgamento social na internet: crianças e jovens negros como alvo. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 8 n. 2, p. 119-128, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20107>. Acesso em: 11 mar. 2022.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p97>.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel; ANDERSON, Joel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**, São Paulo, n. 17, p. 81-112, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i17p81-112>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília, DF: Ipea; ONU Mulheres; SPM; SEPIR, 2011.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo; GRIEGER, Jenifer. Vulnerabilidades digitais: diálogos e aproximações possíveis com os aportes barberianos da comunicação. **Chasqui**, Quito, n. 147, 2021, p. 161-178. DOI: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v1i147.4488>.

KERNER, Ina; TAVOLARI, Bianca. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200005>.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (org.). **Vulnerabilidades, narrativas, identidades**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

MAIA, Junot Oliveira. Letramentos de sobrevivência em redes digitais: caminhos possíveis na luta por direitos humanos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 57, n. 2, p. 954-974, 2018. DOI: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8651932>.

ROSSETTI, Regina; ANGELUCI, Alan. Ética Algorítmica: questões e desafios éticos do avanço tecnológico da sociedade da informação. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/50301>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SAFATLE, Vladimir. **Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SEGURA, Maria Soledad. No es una brecha: desigualdades digitales y Sociales em Argentina. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 23, n. 2, p. 190-208, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/15556>. Acesso em: 2022.

SENNE, Fábio José Novaes. Mapeando a origem das desigualdades digitais: um estudo empírico sobre a cidade de São Paulo. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 303-330, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/lstr.v11i1.24860>.

SENNE, Fábio José Novaes. Para além da conectividade: Internet para todas as pessoas. **Panorama Setorial da Internet**, São Paulo v. 13. n. 2, p. 1-10, 2021.

SILVA, Tarcízio. Teoria racial crítica e comunicação digital: conexões contra a dupla opacidade. In: POLIVANOV, Beatriz *et al.* **Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data**. São Paulo, INTERCOM, 2019a. p. 127-156.

SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6, 2019, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: LAVITS, 2019b.

SILVA, Luiz Rogério Lopes *et al.* A gestão do discurso de ódio nas plataformas de redes sociais digitais: um comparativo entre Facebook, Twitter e Youtube. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 470-492, 2019.

SILVA, Tarcízio. Visão computacional e racismo algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 12, n. 31, p. 428-448, 2020.

SILVA, Luiz Rogério; BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo Eduardo. Gestão de conteúdo de ódio no Facebook: um estudo sobre haters, trolls e naysayers. *P2P e Inovação*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 38-56, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21721/p2p.2020v6n2.p38-56>.

SOUSA, Maíra Evangelista de; EIRÓ, Jorge; CHAGAS JUNIOR, Edgar M. A vulnerabilidade da circulação de conteúdos na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia. *In: MIRANDA, Cynthia Mara et al. (org.). Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich; Selo PPGCOM; UFMG, 2020.

Recebido em: 28 de agosto de 2021.

Aceito em: 10 de novembro de 2021.